

AS CONTRIBUIÇÕES DO BILINGUISMO E A ATUAÇÃO DO PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL

VIANA, F. A.¹; MOREIRA, M. A. A.²

¹Pedagoga. Egressa do curso de licenciatura em Pedagogia, Universidade Aberta do Brasil, IFNMG – Campus Januária/MG; ²Docente. Mestre e Doutora em Ciências da Educação. Mestranda no ProfEPT – Campus Montes Claros/MG.

Palavras chaves: Atuação; Bilíngue; Aluno; Identidade.

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada durante o curso de Pedagogia do Instituto Federal Norte de Minas Gerais (IFNMG). O objetivo deste estudo é verificar de que forma o Bilinguismo é trabalhado junto ao aluno surdo de uma escola estadual, situada no município de Januária, MG, a fim de compreender a atuação do professor intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) da instituição de ensino. Nessa perspectiva, a referida pesquisa justifica-se pela necessidade de entender como se dá a atuação do professor intérprete e como a aquisição da língua de sinais irá permitir à criança surda acessar os conceitos de sua comunidade e começar a utilizá-los como seus, construindo uma nova maneira de pensar, de agir e de ver o mundo. Além disso, o Bilinguismo permitirá também que a relação entre o adulto e uma criança possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem abandonar a possibilidade de se integrar em uma comunidade de ouvintes.

Material e métodos

O estudo ora apresentado é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, bem como em uma pesquisa de campo, na qual utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semi estruturada, dirigida a professora intérprete de LIBRAS da instituição. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se nos autores Lacerda (1998), Lacerda e Mantelatto (2000), Silva (2011), Quadros (2000) e Scliar (1998); já a análise documental se deu no Decreto Federal N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Resultados e discussão

Conforme Lacerda e Mantelatto (2000) o bilinguismo é entendido como uma filosofia educacional que acarreta em profundas mudanças em todo o sistema educacional para surdos. Os autores defendem o bilinguismo como um precursor de desenvolvimento da criança, mostrando a importância da inserção da língua ainda nos primeiros anos de vida da mesma, para que seu desenvolvimento seja integral. Tendo em vista que a comunidade surda está incorporada na grande comunidade de ouvintes que, por sua vez, diferenciam-se por fazer uso da linguagem oral e escrita.

O Bilinguismo tem compromisso com o ensino de LIBRAS como língua principal (L1) e determinante para a identidade surda, desde a alfabetização infantil, prosseguido pela compreensão da língua portuguesa escrita (L2), proporcionando concomitantemente aos alunos, um ambiente linguisticamente favorável em todas as atividades desde o início de seu aprendizado. (QUADROS, 2000)

No Brasil, o direito das crianças surdas a uma educação bilíngue é garantido pelo Decreto Federal Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. O documento prevê a oferta obrigatória aos alunos surdos, desde a educação infantil, uma educação bilíngue, na qual a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – é a primeira língua (L1) e a língua portuguesa, na modalidade escrita, é a segunda (L2). Já a modalidade oral da língua portuguesa é uma possibilidade, mas deve ser trabalhada fora do espaço escolar.

Segundo Silva (2011), o bilinguismo, na educação de surdos, representa questões políticas, sociais e culturais. Dessa maneira, a educação de surdos, em uma perspectiva bilíngue possui um currículo organizado a partir da observação das peculiaridades da língua de sinais.

Lacerda (1998) explica que o modelo bilíngue na educação de surdos é o oposto do oralismo, uma vez que prioriza o canal viso gestual. Ele é, também, contra a comunicação total, pois defende um espaço efetivo para a língua de sinais no processo educacional. Sendo assim, defende que as línguas apresentadas aos surdos devem ter suas próprias características e não devem se juntar as outras. Portanto, o bilinguismo propõe o ensino das duas línguas: a língua de sinais e a língua do grupo ouvinte.

Para Lacerda (1998) a LIBRAS deve ser privilegiada ao ensino para os surdos, pois conta com a integridade do canal viso gestual. Dessa maneira, as crianças surdas devem conhecer, o mais cedo possível, a língua de sinais, aprendendo a sinalizar tão rápido quanto as crianças ouvintes aprendem a falar.

O Decreto Federal Nº 5.626/2005 aponta para a importância da língua de sinais como língua natural das pessoas surdas e a língua portuguesa como segunda língua, no entanto, na realidade, nem todas as escolas adotam esse método para atender seus alunos, e, habitualmente, observa-se o aprendizado da língua majoritária de ouvintes como prioridade no currículo para o ensino das pessoas surdas, ocorrendo uma depreciação dos seus valores linguísticos e culturais, tal como o não incentivo às experiências visuais.

Assim, através da educação bilíngue, a língua passa a ser então o mecanismo que traduz todas as relações e propósito do processo que se caracteriza por meio das interações sociais. Os discursos em uma determinada língua serão organizados e, também decididos pela língua utilizada como língua de instrução. Ao expressar um pensamento em língua de sinais, emprega uma dimensão visual que não é captada por uma língua oral-auditiva e vice-versa. Dessa forma, prestar atenção nos interlocutores dos alunos surdos é fundamental, uma vez que os discursos reproduzidos nas línguas utilizadas representam as relações existentes na escola.

Scliar (1998) garante que um projeto que zele pela aquisição da língua de sinais como L1 deve ser compreendido a partir de uma perspectiva política e social.

É válido ressaltar que com o método do bilinguismo, as duas línguas não competem, não se ameaçam, têm o mesmo status. A língua de sinais, como primeira língua dos surdos, é sua língua de reconhecimento, de instrução e de comunicação e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, é a oportunidade do surdo ter acesso à informação, conhecimento e cultura tanto da comunidade surda quanto da ouvinte.

Contudo, o objetivo da educação bilíngue é que o aluno se desenvolva cognitiva e linguisticamente correspondente ao percebido por parte do aluno ouvinte. Ademais, uma educação bilíngue pressupõe o desenvolvimento de uma relação harmoniosa entre surdo e ouvinte, posto que o sujeito surdo tem acesso a língua oficial e a língua de sinais.

A escola tem um papel fundamental na educação dos surdos, já que é ela que pode compensar as deficiências socioculturais que os sujeitos surdos estão expostos por estarem em uma comunidade, onde a maioria da população é ouvinte. É importante salientar que a escola é um espaço aberto a variedade, podendo ocorrer possíveis mudanças, caso haja padrões educacionais eficientes, capazes de estender-se a todos, levando em conta a diversidade cultural, sem excessiva generalização.

Os dados colhidos na pesquisa de campo, por meio da entrevista dirigida a professora intérprete de LIBRAS, evidenciam que esta está inserida na escola há sete anos, é Graduada em Pedagogia, Pós-Graduada em Libras e aprovada na banca avaliadora do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, no qual foi capacitada para atuar como intérprete educacional.

A professora esclareceu que aprendeu LIBRAS fazendo cursos específicos para intérprete, tais como cursos de nível básico, intermediário e avançado, curso de formação de intérprete e curso preparatório para banca avaliadora do CAS.

Sobre o papel do Intérprete Educacional, a professora revelou que as atribuições consistem em interpretar na íntegra todo o conteúdo passado pelo professor e todo o processo de comunicação existente em sala de aula entre professor e aluno, aluno e professor e também entre os alunos.

Para a entrevistada as relações entre o professor regente e o professor intérprete devem estar bem definidas, pois os documentos referentes a Educação Especial deixam bem claro que deve haver um bom relacionamento entre ambos, desde o planejamento, passando o acompanhamento até a avaliação do aluno no dia a dia da sala de aula. Porém, essa relação irá se fortalecer ou não, dependendo do perfil de cada profissional, pois o aluno apresenta uma demanda que extrapola o que realmente está na norma, fazendo com que o intérprete tenha que se dedicar mais, passando a ter novas atribuições devido às necessidades desse aluno.

Quanto ao acesso prévio aos conteúdos que serão trabalhados em sala de aula a entrevistada afirma que esse é um assunto que ainda gera muita polêmica, pois o correto é que realmente o professor intérprete tenha acesso prévio aos conteúdos para que o mesmo possa se planejar. No entanto, existe uma grande dificuldade por parte dos profissionais para se organizarem com relação a isso. O que o intérprete faz é utilizar o Currículo Referência de Minas Gerais como material orientador para as suas aulas, pois nele estão contidas as orientações do que será trabalhado ao longo do ano letivo.

Considerações finais

A partir do estudo, verificou-se que o bilinguismo deveria ser adotado e inserido nos currículos de todas as instituições de ensino, especialmente por atingir o mundo da LIBRAS, visto que, apenas incluir um aluno surdo com o intérprete de libras em uma sala de aula regular, não é tão eficaz. É necessária também a contribuição de toda a comunidade escolar no processo de inclusão, criando um ambiente favorável para que esse aluno surdo consiga potencializar os seus conhecimentos, habilidades e competências.

Destaca-se a importância de se ampliar a discussão do processo de inclusão da LIBRAS no âmbito educacional, de modo que a presença do professor intérprete de LIBRAS na instituição exerce papel fundamental no desenvolvimento das atividades educacionais pelo aluno surdo.

Os resultados do estudo indicam que a sociedade atual defende a inclusão escolar e social, de modo que o ensino da Libras deve começar dentro das salas de aulas com as crianças da educação infantil, se tornando assim uma habilidade comum para todos e a comunicação com o surdo aconteça de forma fácil, despreconceituosa e natural. A política bilíngue, implantada por alguns sistemas, deve ser efetiva e ampla, incluindo outros profissionais da escola, além de oferecer condições básicas de recursos pedagógicos e inclusivos no processo de ensino-aprendizagem.

Referências

- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.
- LACERDA, C. B. F.; MANTELATTO, S. A. C. **As Diferentes Concepções de Linguagem na Prática Fonoaudiológica Junto a Sujeitos Surdos**. Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000. Pág. 21-41.
- LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. In: **Coleção UAB – UFSCar. Língua de Sinais Brasileira: uma introdução**. São Carlos: Departamento de Produção Gráfica da USFCar. 1998.
- QUADROS, R. M. de. **Alfabetização e o Ensino da Língua de Sinais**. Textura, Canoas, n. 3, p. 53-62. 2000.
- SILVA, V. B. L. da. **As Implicações do Bilinguismo na Educação de Surdos**. Virginia Barbosa Lobo da Silva, Brasília - DF: Universidade de Brasília/Faculdade de Educação, 2011.
- SKLIAR, C. **Uma Perspectiva Sócio-Histórica Sobre a Psicologia e a Educação dos Surdos**. Educação e Exclusão. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1997/2004.